

A INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO

Antonio Wesley Alves Barros¹
Clara de Assis Almeida Costa²
Maria Luciane Silva de Medeiro³
Mabelle Maia Mota⁴
Itamárcia Oliveira de Melo⁵
Thaidys da Conceição Lima do Monte⁶

RESUMO

Este estudo tem como temática a inclusão de pessoas surdas no âmbito do ensino superior. No Brasil, a exclusão social ainda é algo muito presente em diversos casos, sejam eles referentes a sexualidade, religião, cultura ou a pessoa com deficiência. A pesquisa teve como objetivo analisar a inclusão de pessoas surdas no curso de licenciatura em Educação Física em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Em termos metodológicos, este trabalho utilizou a abordagem qualitativa e o método de um estudo de caso, que busca estudar de forma empírica as vivências e situações relevantes referentes à inclusão de pessoas com deficiência auditiva/surdez. Os sujeitos da pesquisa são alunas surdas devidamente matriculadas no curso de licenciatura em Educação Física e o local da pesquisa é um *campus* do IFCE. A coleta de dados aconteceu através de uma entrevista coletiva com os sujeitos, onde fez-se necessário o auxílio de dois tradutores/intérpretes de Libras para a execução do estudo com as alunas surdas. Para a realização da análise dos dados foi utilizado uma comparação do material coletado com a revisão de literatura, além das observações do autor da pesquisa durante a entrevista. Diante disso, a pesquisa teve como resultado a descrição dos procedimentos adotados pela instituição para a inclusão e permanência dos sujeitos, a caracterização das dificuldades encontradas ao longo dos semestres, como também os fatores que permitem que aconteça uma educação inclusiva de fato dentro do curso de Educação Física. Com base nos achados neste estudo, é possível perceber que as dificuldades encontradas pelos surdos para ingressar e se manter em uma instituição de ensino superior são grandes, sendo lutas constantes para que aconteça a igualdade dentro dos espaços institucionais.

Palavras-chave: Licenciatura em Educação Física, Inclusão, Deficiência Auditiva.

INTRODUÇÃO

O contato direto e constante com pessoas que possuem deficiência auditiva/surdez, é o fator inicial e motivacional para a escolha do tema do presente

¹ Graduado do Curso de Educação Física do Instituto Federal do Ceará - IFCE, wesleyalvestec@gmail.com;

² Graduada do Curso de Educação Física do Instituto Federal do Ceará - IFCE, clarinhacosta0624@gmail.com;

³ Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, lucianemedeiros12211990@gmail.com;

⁴ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, mabellemota@gmail.com;

⁵ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, itamarciaom@gmail.com;

⁶ Professora orientadora Doutora em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, thaidyslimamonte@gmail.com.

artigo. Justificando-se que, no censo de 2010, conforme dados levantados através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cerca de 46 milhões de brasileiros, aproximadamente 23,9% da população, informou possuir ao menos uma das deficiências investigadas, seja mental, motora, visual e auditiva (BRASIL, 2010). O censo apresenta também dados quantitativos e comparativos quanto ao nível de escolarização desse público, com a população que não possui quaisquer das deficiências em questão, sendo assim apresentado uma menor taxa de escolarização para o público investigado.

Conforme os dados obtidos, duas principais vertentes, atraso escolar e as desigualdades encontradas no país, aparecem como responsáveis sobre o percentual de alunos com deficiência nos diferentes níveis de ensino. Conforme dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), citado por Gomes (2023).

A observação da taxa de frequência líquida ajustada e a consideração da adequação idade-etapa de ensino revela que, crianças deficientes na faixa etária de 6 a 14 anos correspondem a 89,3% do grupo frequentador do Ensino Fundamental, já as crianças sem deficiência correspondem a 93,9%. Tratando-se de Ensino Médio, a frequência dos jovens com deficiência equivale a 54,4%, enquanto a dos jovens sem deficiência correspondem a 70,3%. Partindo para o nível superior, em que a faixa etária selecionada foi de 18 a 24 anos, 25,5% dos jovens sem deficiência frequentavam alguma Instituição de Ensino Superior (IES), contrapondo o percentual de 14,3% dos jovens com deficiência.

O curso de licenciatura em Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), possui a duração média de 4 anos (8 semestres). A área de atuação do graduado, é a docência de nível básico, como já explicado acima começa na educação infantil e vai até o ensino médio. Caso o licenciado tenha interesse na práxis dentro do ensino superior o mesmo deverá fazer uma pós-graduação podendo ser a nível de especialização, mestrado ou doutorado. O curso tem como escopo a formação de professores capazes de abranger o senso crítico, cultural e a qualidade de vida dos seus discentes (PPC/IFCE, 2021).

Nesse sentido, investigar sobre o lugar da inclusão e as perspectivas para sua efetivação no Ensino Superior, são primordiais para a garantia de direitos de pessoas

com deficiência, de acessarem o Ensino Superior, e entender que a surdez é de certa forma um fator de dificuldade, mas não de impedimento para a efetivação da formação dessas alunas.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar a inclusão de pessoas surdas no curso de licenciatura em Educação Física em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Como caminho metodológico, optamos por uma abordagem qualitativa e como método o estudo de caso, os sujeitos investigados foram duas alunas surdas inseridas no Ensino Superior do Curso de Licenciatura em Educação Física e como lócus um campo do interior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Os dados foram coletados através de uma entrevista com apoio de uma intérprete de LIBRAS a partir de um roteiro previamente elaborado e analisado com base em observações e análise do discurso.

METODOLOGIA

A abordagem qualitativa pode parecer muito restritiva por apresentar sem qualquer relação com coisas em grandes quantidades, porém hoje existe o método misto como alternativa para possibilitar a abrangência do estudo. O método interpretativo tornou-se mais adequado para essa aplicação na área da Educação Física, sendo contra as chamadas descrições ricas e densas (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

O autor YIN (2001) define que o estudo de caso como uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

Como sujeitos da pesquisa, tivemos duas alunas surdas devidamente matriculadas, ingressantes no curso de licenciatura em Educação Física no ano de 2020 no primeiro período e o local da pesquisa foi um campus do sertão central do estado do Ceará do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE.

Aconteceu por meio de uma entrevista de forma coletiva com as participantes e também com auxílio dos tradutores/intérpretes de Libras, acontecendo de forma mais aberta e com um certo grau de estruturação. Buscando a naturalidade nas respostas acerca dos assuntos questionados, a pesquisa foi analisada com características de

observação e subjetividade. As perguntas foram baseadas em questões gerais relacionadas à inclusão dentro da instituição de ensino superior, sobre os fatores que podem limitar e potencializar a atuação das discentes e de que maneira o curso de Educação Física pode influenciar na inclusão das mesmas. Segundo Gil (2008, p. 112) esse tipo de entrevista “as pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que se refere às pautas assinaladas”. Esse nível de estruturação permite que cada discente que será entrevistada fique mais à vontade para responder e explicar sobre umas perspectivas diferentes para cada pergunta.

Os dados foram analisados com base nas observações do autor do estudo, acontecendo a citação de estudos relacionados e comentados com base nos materiais coletados na revisão de literatura. No método qualitativo, os procedimentos são científicos, requerem planejamento na análise, mas isso não significa que o processo deva ser aderido mecanicamente. Sendo necessário conhecimento metodológico, havendo regras de análise do discurso (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2012).

REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente o ensino superior no Brasil teve início no período colonial, começando no século XVII, ministrado pela igreja sob a direção dos jesuítas, limitado aos cursos filosóficos e teológicos, a serviço da metrópole. Mas somente em 1808, quando a família real portuguesa juntamente com os nobres, servos, empregados domésticos e uma biblioteca com mais de 60.000 livros vieram para o Brasil, que foi dado início a criação de IES que ministravam cursos de direito, medicina e engenharia.(DURHAM, 2003).

As duas principais características do ensino superior nesse período foram: primeiramente a formação profissional, que buscava formar pessoas capazes de administrar os negócios do estado e para a descoberta de novas riquezas; e a segunda característica foi o controle do estado, o governo central determinava quais as instituições fossem criadas e os seus principais objetivos. O controle se expressa de forma acentuada também pela proximidade do poder central com os professores (DURHAM, 2003).

Desde então o Brasil vem se desenvolvendo, sofrendo mudanças no ensino, na quantidade de IES e no número de pessoas que têm acesso a essa etapa educacional. O

ensino superior brasileiro, segundo dados do censo educacional de 2020, congregava 2.457 instituições, 41.953 cursos e 8.680.354 matrículas distribuídas em todo o território nacional (BRASIL, 2020).

Para Stroher e Muis (2017) o curso de licenciatura em Educação Física trabalha no graduado a compreensão sobre a atuação docente na área específica do curso. Os autores ainda especificam que esse entendimento sobre o ser professor acontece durante todo o período de formação inicial, ocorrendo dentro das leituras dos autores da área de educação física, nos processos comunicacionais na sala de aula, nas aulas práticas, nas relações entre aluno-aluno e aluno-professor.

A inclusão escolar é algo político, cultural, social e pedagógico, destinada a defender o direito de todos os alunos estarem juntos, de aprender e participar das aulas sem qualquer discriminação. A educação inclusiva se constitui como um modelo educacional baseado no conceito de direitos humanos, que combina igualdade e diferença como valores intrínsecos. Esse paradigma se relaciona com a ideia de equidade formal ao contextualizar o ambiente histórico criado pela exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008).

A inclusão é algo esperado nas diversas áreas da sociedade e direcionado dentro dessa pesquisa no contexto educacional, porém existem mais três divisões que podem acontecer no meio educacional sendo elas a segregação, integração e a exclusão. A segregação escolar está relacionada há algo desmerecido na agregação dos alunos dentro de uma sala, onde acontece a desigualdade de oportunidades (COSTA; BARTHOLO, 2014). Para os autores Sanches e Teodoro (2006) a integração escolar é caracterizada como uma educação homogeneizada onde os alunos com e sem deficiência possuem currículos diferenciados e somente tendo a presença física dos mesmos dentro de uma sala, não havendo interação entre os mesmos no processo de aprendizado.

A deficiência auditiva é do tipo sensorial, ou seja, afeta um dos cinco sentidos do corpo humano. É considerado deficiente auditivo/surdo quando o diagnóstico aponta a perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis ou mais, aferidos em audiogramas com frequência de 500 a 3000 hertz (WELICHAN; SOUZA, 2017). As causas podem ser por má-formação (congenita) ou lesão nas estruturas que compõem o aparelho auditivo (adquirida). A surdez apresenta quatro classificações que estão relacionadas a incapacidade de detectar certos níveis de hertz, sendo essas classificações da surdez como: leve, que existe dificuldade em compreender a fala humana; moderado

juntamente com a severa, que há a necessidade do uso de aparelho ou prótese auditiva e a profunda, que precisa do uso de técnicas de leitura labial e da língua de sinais para a comunicação (COELHO, 2012).

A educação de pessoas que possuem a surdez se dá principalmente com a presença de um intérprete de Libras dentro das instituições de ensino, uma vez que a língua portuguesa na grande maioria dos casos é a segunda língua dos surdos, necessitando assim da presença desse profissional para que a inclusão e o aprendizado aconteçam (WELLICHAN; SOUZA, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico apresentaremos os resultados e discussões a partir da entrevista realizada com os sujeitos, para tanto organizada a partir de categorias temáticas e posteriormente analisada e discutida. A entrevista foi realizada com o apoio de dois tradutores/intérpretes de Libras pertencentes ao Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE). A realização do processo de coleta de dados foi registrada em formato de vídeo, tendo em vista que as discentes se expressaram por meio da língua de sinais.

1º Categoria - Em relação aos procedimentos institucionais que foram adotados para a inclusão de alunos surdos na IES e no curso de Licenciatura em Educação Física.

Aluno.1: “Aqui no IFCE nós tivemos alguns planejamentos, momentos para podermos pensar sobre a nossa programação de estudo, também aumentar os atendimentos, a gente sabia que precisava ter e também pensamos em eventos para articular essas questões, fizemos a introdução nos projetos, participei de bolsas também, junto a bolsa da ProED da reitoria. E percebemos que têm chegado sim mais surdos e que a demanda de intérprete também tem aumentado, então esse planejamento de ter mais intérpretes deveria acontecer antes para quando os surdos chegarem está tudo okay, e conseguir ter sucesso na sua vida acadêmica.”

Aluno.2: “[...] percebo a chegada de vários alunos surdos e de certa forma aos poucos e tendo vários perfis de pessoas com deficiência ingressando na

instituição, hoje temos bem mais surdos e percebo que os surdos que estão entrando tão tendo uma boa convivência com o português e com a língua de sinais no curso de Educação Física o que vêm comprovando o status de capacidade acadêmica do surdo e isso vem sendo endossado pelas estratégias de inclusão que eu percebo aqui dentro.”

Quando analisamos o aluno 1, o mesmo apresentou uma resposta mais objetiva que deixou mais óbvio quais procedimentos estavam em vigor na instituição, enquanto o aluno 2 apresentou o que aconteceu de uma forma mais geral, mas confirmou que existiam estratégias de inclusão para alunos surdos. Nestes relatos identificamos o planejamento como um dos pontos-chave para a efetiva inclusão desses discentes e posteriormente explanando sobre a organização eventos relacionados a inclusão, a participação de projetos e bolsas que chamam a atenção para essa questão. No entanto, um dos pontos principais que os participantes destacaram durante quase toda a entrevista foi a necessidade do planejamento para a demanda de intérpretes para cada aluno surdo que venha realizar a matrícula em qualquer IES. Para Rosa *et al.* (2022) situações da atualidade envolvendo pessoas com deficiência nas universidades não está relacionado a deficiência em si, mas sim a instituição que não está apta a recebê-los de maneira igualitária, permitindo que sejam incluídos nos espaços acadêmicos.

2º Categoria - Sobre a perspectiva da falta de ações para que as alunas surdas se sentissem efetivamente incluídas, apresentamos as falas das mesmas:

Aluno.1: “Sim, realmente a demanda de intérprete a gente sabe que falta o intérprete, falta a questão do revezamento, as dificuldades durante o período de ensino remoto também foram muito proeminentes né, acabaram realmente afetando a performance durante a interpretação e a performance em sala de aula. Então eu senti que realmente durante o período de ensino remoto virtual foi muito complicado, muito complicado mesmo esse afastamento, algumas disciplinas que a gente não estava em sala de aula e que a gente precisava também de mais intérpretes, porque não tinha o revezamento, complicava para o profissional, complicava para o usuário que é o surdo. [...] porque até então a gente só tem que ter muita paciência para lidar com essas carências.”

Aluno.2: “A questão da pandemia ela trouxe muitas ansiedades, via a figura do tradutor intérprete como uma figuras exaurida pelas questões laborais e também pela questão da particularidades do ensino remoto, ter uma educação a distância mas eu percebi que houveram muitas tentativas de levar suporte, contudo a língua portuguesa é um desafio pro surdo sempre, acho que as questões da terminologia também representaram uma grande dificuldade para nós, terminologias precisaram ser convencionadas entre nós e os tradutores intérpretes, porque a uma carência dentro da Educação Física de termos para os surdos mas houve espaço de diálogo para lidar com essas questões.”

3º Categoria - Fatores ou ações que limitam a inclusão como alunas surdas.

Aluno.1: “[...] a gente percebe sobre a barreira comunicacional com a pessoa surda, os cursos têm que ter mais intérpretes, o IFCE tem que crescer, tem que evoluir nessa questão, porque a gente tem o NAPNE, mas também temos outras interações e queremos ter vivências diferentes por exemplo: um seminário quero ter também, quero acessar plataformas de conhecimento, quero me apropriar de outras coisas, mas isso tudo faz parte do processo. Então eu sinto que dentro desse processo a gente precisa de mais experiências.”

Aluno.2: “Às dificuldades que a gente encontra na tradução e interpretação em termos de demanda né, nós estamos tendo um aumento do número de surdos que vai demandar um aumento do número de intérpretes, acredito que essa é uma dificuldade que vêm para nós, porque eles ocasionam para gente uma dificuldade de se expressar e de obter experiência, e essas experiências vão de alguma forma limitando o nosso conhecimento.”

Sobre o contexto de limitações vivenciadas por elas, o sujeito 1 apresenta principalmente a barreira comunicacional dentro da instituição, mesmo apresentando o NAPNE como um fator importante de interação com a IES, a discente explana a necessidade de expandir essas experiências. Como já apresentado no referencial teórico

a Libras se torna algo legal por meio da lei 10.436/2002 que formaliza que a mesma é o principal meio de comunicação, expressão da comunidade surda e como uma língua independente (BRASIL, 2002).

Conforme Costa e Pereira (2023) ainda falta a criação de políticas públicas educacionais com foco no acesso a Libras, principalmente para ouvintes e através dessas políticas propagar a interação social com a comunidade surda. Tendo em mente a necessidade de ter autonomia de usufruir de momentos, de novas experiências acadêmicas que leve ao seu progresso nessa formação docente, que é algo que os dois sujeitos concordam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos o trabalho de pesquisa constatamos que a partir do ingresso de duas discentes surdas no curso de Licenciatura em Educação Física, surgiu a dúvida se a instituição e o curso como um todo estavam aptos a receberem pessoas com surdez e garantir que as mesmas se sentissem incluídas nos seus mais diversos espaços, e por isso é importante estudar sobre a inclusão de pessoas surdas no Ensino Superior.

Diante disso, o estudo alcançou o seu objetivo principal, constatando que o trabalho conseguiu descrever as experiências das alunas dentro do curso e da instituição no que concerne a inclusão das mesmas. Por perceber e apresentar os procedimentos adotados pela instituição de ensino superior como por exemplo: a criação do NAPNE, realização de planejamentos, programação de estudo dos sujeitos e a contratação de tradutores/intérpretes de Libras. Na perspectiva de conseguir caracterizar os fatores limitantes e fatores potencializadores para a inclusão dessas discentes na Instituição de Ensino investigada.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Física Escolar - GEPEFE/UECE e ao Grupo de Pesquisa em Educação Física, Saúde e Inclusão - GPEFSI/IFCE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 28 Nov. 2023

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 17 Jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020.** Brasília: Inep, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao> >. Acesso em: 19 jul. 2024.

COELHO, K. S. **Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS.** Indaial: Uniasselvi, 2012.

COSTA, M.; BARTHOLO, T. L. Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. **Educação & Sociedade.** 2014, v. 35, n. 129, pp. 1183-1203. ISSN 0101-7330. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014144444> Acesso em: 22 Jul. 2024.

COSTA, A. P. S.; PEREIRA, C. L. Direitos linguísticos e barreiras na integração social da comunidade surda com a ouvinte. **Peer Review**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 101–120, 2023. DOI: 10.53660/238.prw401. Disponível em: <https://peerw.org/index.php/journals/article/view/238> Acesso em: 28 nov. 2023.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado.** 2003. Documento de Trabalho, v. 3, p. 03, 2003. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior - NUPES. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf> . Acesso em: 26 Abr. 2022.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. **Educação Física**. 08 Abr. 2021. Disponível em:

<https://ifce.edu.br/caninde/cursos/superiores/licenciaturas/edfisica> . Acesso em: 19 Abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Irene. Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda. **Agência IBGE Notícias**. Rio de Janeiro, 24 de ago. 2023. Notícias. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda#:~:text=Pouco%20mais%20da%20metade%20> Acesso em: 29 Mar. 2024.

ROSA, M. F.; VERNES, V. B.; VILAVERDE, F. A.; SILVA, T. M. C.; BALK, R. S. Análise de Estratégias para Acesso e Permanência de Discentes com Deficiência no Ensino Superior. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 610–616, 2022. DOI: 10.17921/2447-8733.2022v23n4p610-616. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/9640> Acesso em: 28 nov. 2023.

STROHER, J.; MUSIS, C. R. As representações sociais dos discentes do curso de licenciatura em educação física na Unemat-Cáceres/MT sobre o trabalho com o corpo/aluno na escola: olhares para os conteúdos da educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 3, p. 233–239, 2017. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916301834?via%3Dihub>

Acesso em: 23 Maio 2022.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 478 p., il. color. ISBN 978-85-363-2713-6.



WELLICHAN, D. S. P.; SOUZA, C. S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, p. 146–166, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v21.n1.2017.9786. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786> Acesso em: 17 Jul. 2024.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.